

AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO COMO CERTIFICADOR

Simone Gonçalves da Silva

Universidade Federal de Pelotas

simone_goncalves_silva@yahoo.com.br

Agência Financiadora: CAPES

Eixo 2: Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

Resumo: Nesse estudo, objetiva-se analisar o Exame Nacional do Ensino Médio como política certificadora destinada à educação de jovens e adultos. Como metodologia a pesquisa teórica. As discussões apontam que as políticas têm avançado em relação à garantia do direito, da democratização e da qualidade da educação nessa modalidade de ensino. Porém, a educação de jovens e adultos ainda tem sido vista como um facilitador da escolarização, na intenção de globalizar as oportunidades de emprego de uma determinada classe social e cultural. Essa nova possibilidade de certificação do ENEM pode estar se configurando como mais uma política pública educacional de caráter compensatório.

Palavras-chave: políticas educacionais; educação de jovens e adultos; exame nacional do ensino médio.

INTRODUÇÃO

O texto elaborado é um recorte da pesquisa de mestrado, no qual se investiga as implicações do processo de certificação do Ensino Médio proporcionado pela aprovação no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM no currículo e no trabalho docente da educação de jovens e adultos. Nessa escrita, objetiva-se analisar o Exame Nacional do Ensino Médio como política certificadora destinada à educação de jovens e adultos. Como metodologia a pesquisa teórica, de natureza qualitativa.

ENEM COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO DO ENSINO MÉDIO/EJA

As reformas educacionais brasileiras desencadeadas a partir dos anos finais da década de 1980, com a reformulação da Constituição até os dias atuais, são referências da fase de expansão e consolidação do capital. Diante disso, como aponta Hypolito (2008), presenciamos uma reorganização e reconfiguração do poder de Estado reconstruindo as esferas entre público e privado. Pode-se destacar a estabilização de políticas neoliberais, que

consequentemente pressupõe mudanças nos processos educacionais centralizando decisões no avanço da tecnologia e na formação dos trabalhadores.

Nesse cenário, muitos foram os investimentos na Educação de Jovens e Adultos, principalmente na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), no qual o ensino supletivo passa a ser entendido como Educação de Jovens e Adultos integrante da Educação Básica, a ser oferecido gratuitamente e que pode acontecer por meio de cursos ou exames supletivos, com a idade mínima para ter direito a certificação sendo de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio.

No ano de 2009, a Portaria Ministerial nº 109, de 27 de maio de 2009 estabelece que a certificação do Ensino Médio passa a ser garantida pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, deixando de ser de responsabilidade do Exame Nacional de Certificações e Competências e Habilidades de Jovens e Adultos - ENCCEJA, esse que passa a certificar somente o Ensino Fundamental, política de oferta rápida a certificação do ensino fundamental e médio a jovens e adultos que almejavam a avaliação e a comprovação conclusão dos níveis de ensino da Educação Básica.

Em relação às políticas de EJA, mesmo com algumas conquistas na tentativa democratização, continuam se configurando como estratégias de elevação da escolarização para atender a divisão social do trabalho e aos novos processos de acumulação do capital. (CIAVATTA;RUMMENT, 2010, p. 464),

A questão dos exames supletivos, no caso da certificação do ENEM, pode sofrer diversas compreensões retomando a idéia de suprir as faltas, ao inverso de assegurar a qualificação de habilidades e competências de maneira sistemática. Com o discurso da inclusão e do direito de que as oportunidades existem, neste caso a certificação, já prosseguir os estudos é uma capacidade individual.

CONSIDERAÇÕES

A EJA vem conquistando espaço na legislação, mas existem alguns embates como os exames de certificação, nesse caso o ENEM, como um instrumento de estabilidade econômica e diminuição das desigualdades, tendo os exames como facilitadores da elevação da escolarização. A certificação na intenção de globalizar as oportunidades de emprego de uma determinada classe social e cultural pode estar se configurando como mais uma política pública educacional de caráter compensatório.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Portaria Ministerial n. 109, de 27 de maio de 2009**. Estabelece que como certificador do ensino médio o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado Gerencial, Reestruturação Educativa e Gestão Educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 24, p. 63-78, 2008.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.31, n.111, p. 461-480, jun. 2010